

CONTRATO CEDAE N.º 104 /2018 (DF)

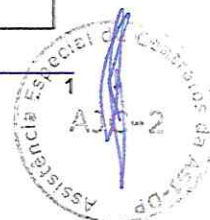
que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **VAN-MEX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EIRELI EPP.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **VAN-MEX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EIRELI EPP.**, com sede na Rua Marques de Caxias nº 233, Centro, Niterói/RJ, CEP: 24030-050, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.055.671/0001-50, neste ato por meio de seu Titular, Sr. AMAURY LUZ NETTO, portador da cédula de identidade 09.292.169-1, inscrito no CPF sob nº 014.255.057-40 daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEDAE"**, com fundamento no processo administrativo n. **E-07/100.256/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 327/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEDAE"**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
03	Cloro líquido - Embalagem: Frasco de 5 litros.	FR	300
06	Detergente líquido neutro biodegradável - Frasco 500 ml.	FR	1.350
08	Escova sanitária com suporte.	UN	200
09	Esponja em lã de aço de carbono para limpeza em geral - Embalagem com 8 unidades.	PCT	650
11	Limpa vidro - Embalagem frasco de 500 ml.	UN	500
12	Lustra móvel líquido - embalagem frasco de 200 ml.	UN	500
14	Pá de lixo cabo curto em polipropileno no tamanho grande 90 x 206 x 300 mm.	UN	200
15	Pano de chão saco 600 x 400 mm.	UN	1.550



16	Papel higiênico branco com folhas duplas picotadas 30m x 10 cm - Embalagem fardo com 64 rolos.	PCT	1.000
17	Papel toalha branco sem perfume 20 cm x 200 m - Embalagem: Pacote com 6 rolos de 200 metros.	PCT	500
18	Sabonete líquido - Erva doce - Embalagem de 5 litros.	FR	950
19	Saco plástico de lixo 40L preto - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	400
20	Saco plástico de lixo 60L transparente - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	550
21	Saco plástico de lixo 100L opaco - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	900
22	Vassoura de pelo tipo simples com cabo de madeira 0,40 m x 1,20 m.	UN	200
23	Vassoura piaçava cabo angular - Cabo de 130 a 140 cm.	UN	850

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta)** dias consecutivos, a contar da retirada da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE


Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **327/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
d) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33.90.30.02
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110204
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000688

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$177.674,50 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	Cloro líquido - Embalagem: Frasco de 5 litros.	FR	300	7,55	2.265,00
06	Detergente líquido neutro biodegradável - Frasco 500 ml.	FR	1.350	1,32	1.782,00
08	Escova sanitária com suporte.	UN	200	8,80	1.760,00
09	Esponja em lã de aço de carbono para limpeza em geral - Embalagem com 8 unidades.	PCT	650	1,10	715,00
11	Limpa vidro - Embalagem frasco de 500 ml.	UN	500	2,55	1.275,00
12	Lustra móvel líquido - embalagem frasco de 200 ml.	UN	500	3,90	1.950,00
14	Pá de lixo cabo curto em polipropileno no tamanho grande 90 x 206 x 300 mm.	UN	200	5,10	1.020,00
15	Pano de chão saco 600 x 400 mm.	UN	1.550	1,95	3.022,50
16	Papel higiênico branco com folhas duplas picotadas 30m x 10 cm - Embalagem fardo com 64 rolos.	PCT	1.000	68,00	68.000,00



17	Papel toalha branco sem perfume 20 cm x 200 m - Embalagem: Pacote com 6 rolos de 200 metros.	PCT	500	64,50	32.250,00
18	Sabonete líquido - Erva doce - Embalagem de 5 litros.	FR	950	16,30	15.485,00
19	Saco plástico de lixo 40L preto - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	400	12,00	4.800,00
20	Saco plástico de lixo 60L transparente - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	550	17,00	9.350,00
21	Saco plástico de lixo 100L opaco - Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	900	26,50	23.850,00
22	Vassoura de pelo tipo simples com cabo de madeira 0,40 m x 1,20 m.	UN	200	7,40	1.480,00
23	Vassoura piaçava cabo angular - Cabo de 130 a 140 cm.	UN	850	10,20	8.670,00
TOTAL:					177.674,50

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

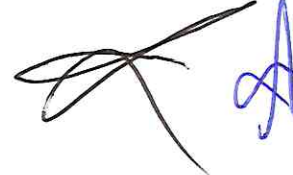
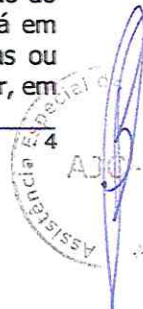
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em



5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 177.674,50 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

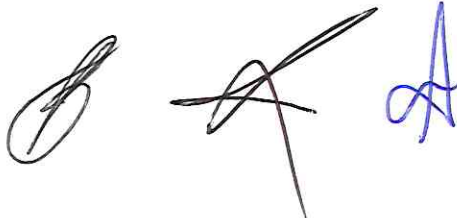
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento, de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do



contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

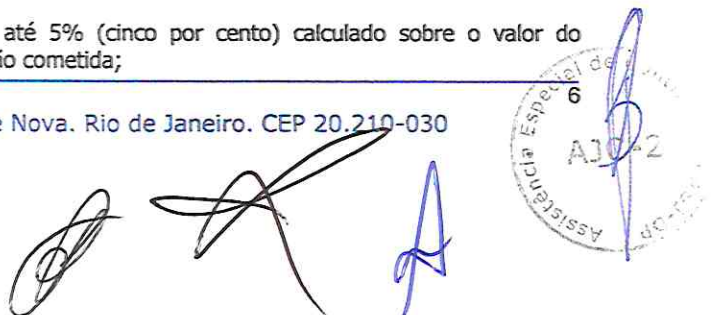
PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;



b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

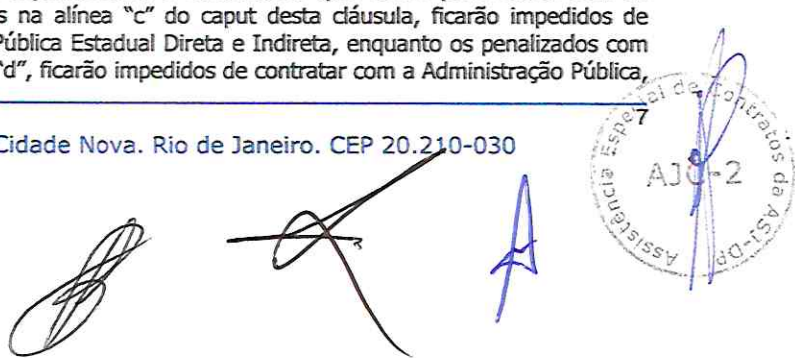
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A circular stamp on the right reads "Assistência Especial de Contratos da AS-1-DP" and "AJC-2". There are several handwritten signatures in blue ink.

direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

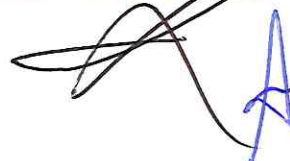
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três)** vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 01 de AGOSTO de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor/Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


AMAURY LUZ NETTO
Titular

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-VAN-MEX-aquisicao-de-materiais-de-limpeza-PE-327-2017-VB



FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ATO DO PRESIDENTE
DE 03.08.2018

APOSENTA SILVIA LIANA SAMPAIO DE LEMOS AZEVEDO, matrícula nº 00/222.720-5, ID 2081143-2, vínculo I, cargo TÉCNICO SUPERIOR, referência TEC SUP-8, da Fundação de Apoio à Escola Técnica, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social, nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003. Processo nº E-26/005/3639/2016.

Id: 2123754

Secretaria de Estado de Transportes

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRANS Nº 1302 DE 01 DE AGOSTO DE 2018

DESIGNA SERVIDORES PARA FINS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar a irregularidade objeto do Processo Administrativo nº E-10/001/100092/2018, designando para procedê-lo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, Comissão integrada pelos servidores MARCOS BRAGA CALVALCANTI DE LACERDA, Coordenador, ID Funcional nº 4345315-7, JULIANA DOBBS DE ALMEIDA, Coordenadora, ID Funcional nº 5.013.500-8, RAYNE DA SILVA, Assistente, ID Funcional nº 2853.595-2, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2018

RODRIGO VIEIRA
Secretário de Estado de Transportes

Id: 2123764

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 26.07.2018
PAGINA 17 - 1ª COLUNA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRANS Nº 1300 DE 20 DE JULHO DE 2018

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA OS FINS QUE MENCIONA,

Onde se lê: O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, ... conforme consta no Processo nº E-10/001/100083/2018, Leia-se: O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, ... conforme consta no Processo nº E-10/001/100091/2018.

Id: 2123763

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 19.07.2018
PAGINA 47 - 3ª COLUNA

ATO DO PRESIDENTE

DE 11.07.2018

Proc. nº E-10/005/100179/2018

Onde se lê: ... MICHEL LOFFEU PEREIRA, ...

Leia-se: ... MICHEL LOFFEU PEREIRA, ...

Id: 2123667

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DE 31.07.2018

PROC. Nº E-10/005/5219/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROCESSOS Nº E-10/005/100220/2018, E-10/005/100255/2018, E-10/005/100470/2018, E-10/005/100509/2018, E-10/005/100512/2018, E-10/005/100516/2018 E E-10/005/100684/2018 - AUTORIZO o parcelamento de débito.

DE 01.08.2018

PROC. Nº E-10/005/3931/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/4547/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

DE 02.08.2018

PROC. Nº E-10/005/7650/2017 - INDEFIRO à renovação de registro.

PROC. Nº E-10/005/7650/2017 - DETERMINO o cancelamento do registro nº RJ-621 conferido à empresa TRANSPORTE URBANO SÃO MIGUEL DE RESENDE LTDA, para a operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento e, consequentemente, a baixa dos veículos cadastrados nesta Autarquia.

PROCESSO Nº E-10/005/6672/2018 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, DETERMINO o cancelamento do Auto de Infração Nº D-680250.

PROCESSO Nº E-10/005/10010/2018 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, DETERMINO o cancelamento do Auto de Infração Nº D-562229.

PROCESSO Nº E-10/005/100021/2018 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, DETERMINO o cancelamento do Auto de Infração Nº D-714051.

PROC. Nº E-10/005/4123/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/4125/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/5211/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/5216/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/5228/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/6437/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/6610/2018 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

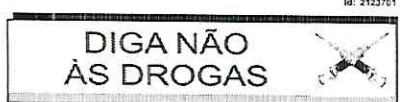
PROC. Nº E-10/005/100537/2018 - INDEFIRO com base no despacho da Diretoria Técnica Operacional.

DE 03.08.2018

PROC. Nº E-10/005/8355/2017 - INDEFIRO à renovação de registro.

PROC. Nº E-10/005/8355/2017 - DETERMINO o cancelamento do registro nº RJ-517 conferido à EMPRESA DE VIAÇÃO AGRENSE LTDA - EVAL para a operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento e, consequentemente, a baixa dos veículos cadastrados nesta Autarquia.

Id: 2123701



Secretaria de Estado do Ambiente

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEA Nº 591 DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA, COMO ORDENADOR DE DESPESAS, DE ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, com base no § 1º do art. 62, combinado com o Parágrafo Único do art. 289 da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a LINCOLN NUNES MURCIA, Diretor-Geral do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, ID Funcional nº 2145804-9, para, praticar, como Ordenador de Despesas, nos termos da legislação em vigor, atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito da Secretaria de Estado do Ambiente, a saber:

I - autorizar despesas, bem como a expedição e a assinatura das respectivas Notas de Autorização de Despesas, emissão de Notas de Empenho, Reconhecimento de Dívidas, movimentação de recursos financeiros em geral, pagamentos de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias, ordens de pagamentos e cheques nominativos;

II - autorizar a concessão de adiantamentos e diários, aprovar e imputar as respectivas prestações de contas;

III - autorizar licitações, assinar editais e alterações, homologar os respectivos resultados, inclusive aceitação de objeto de contrato, bem como dispensa-las quando for o caso, atuando como autoridade superior nos casos de recursos, impugnação de editais, bem como em quaisquer atos que se fizerem necessários;

IV - dispensar licitação ou reconhecer sua inexigibilidade;

V - aplicar as penalidades previstas em lei, quando se verificar ilícitos administrativos, descumprimento de obrigação contratual ou quaisquer descumprimentos de obrigações de administrado para com a Administração, na forma de resolução própria;

VI - autorizar, assinar e rescindir contratos, nos casos permitidos em lei;

VII - autorizar a saída de viaturas do território do Estado, à ofício.

Art. 2º - Seja dado conhecimento imediato desta Portaria ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Planejamento.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03 de agosto de 2018 revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2018

MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO
Secretário de Estado do Ambiente

Id: 2123689

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEA Nº 592 DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA, NA FORMA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a LINCOLN NUNES MURCIA, Diretor-Geral do Instituto Estadual do Ambiente, ID Funcional nº 2145804-9, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder, internamente, pelo Departamento Geral de Administração e Finanças da Secretaria de Estado do Ambiente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03 de agosto de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2018

MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO
Secretário de Estado do Ambiente

Id: 2123689

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

PORTARIA INEA Nº 792 DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA, COMO ORDENADOR DE DESPESAS, DE ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FUNDRHI.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, com base no § 1º do art. 62, combinado com o parágrafo único do art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência a LINCOLN NUNES MURCIA, Diretor-Geral, ID Funcional nº 2145804-9, para, praticar, como Ordenador de Despesas, nos termos da legislação em vigor, atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, a saber:

I - autorizar despesas, bem como a expedição e a assinatura das respectivas Notas de Autorização de Despesas, emissão de Notas de Empenho, Reconhecimento de Dívidas, movimentação de recursos financeiros em geral, pagamentos de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias, ordens de pagamentos e cheques nominativos;

II - autorizar a concessão de adiantamentos e diários, aprovar e imputar as respectivas prestações de contas;

III - autorizar licitações, assinar editais e alterações, homologar os respectivos resultados, inclusive aceitação de objeto de contrato, bem como dispensa-las quando for o caso, atuando como autoridade superior nos casos de recursos, impugnação de editais, bem como em quaisquer atos que se fizerem necessários;

IV - dispensar licitação ou reconhecer sua inexigibilidade;

V - aplicar as penalidades previstas em lei, quando se verificar ilícitos administrativos, descumprimento de obrigação contratual ou quaisquer descumprimentos de obrigações de administrado para com a Administração, na forma de resolução própria;

VI - autorizar, assinar e rescindir contratos, nos casos permitidos em lei;

VII - autorizar a saída de viaturas do território do Estado, à ofício.

Art. 2º - Seja dado conhecimento imediato desta Portaria ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Planejamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03 de agosto de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2018

MARCELO DE ALMEIDA LIMA
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Id: 2123675

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO CONSELHO DIRETOR

DE 06.03.2018

PROCESSO Nº E-07/512.624/2012 - O Conselho Diretor, na sua ATA da 391ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 01/03/2018, decidiu indeferir o recurso apresentado por Thadeu Amarco Lutherbach Pinto, concernente ao Auto de Infração de Multa Simples nº SUPRI-DEAI/0137868, tendo em vista a redação do artigo 8º, inciso XII e

artigo 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece como atribuição do CONDIP apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pela DIPOS.

PROCESSO Nº E-07/504.631/2011 - O Conselho Diretor, na sua ATA da 391ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 01/03/2018, decidiu deferir parcialmente o recurso apresentado por Pena e Londim Máquinas Ltda., concernente ao Auto de Infração de Multa Simples nº SUPRI-DEAI/00137475, a fim de rever a dosimetria da penalidade aplicada, reduzindo o valor da multa em 50%, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em função do fato de a empresa ser familiar da pequeno porte e baixo potencial poluidor, tendo em vista a redação do artigo 8º, inciso XII e artigo 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece como atribuição do CONDIP apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pela DIPOS.

PROCESSO Nº E-07/002.635/2013 - O Conselho Diretor, na sua 391ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 01/03/2018, decidiu deferir o recurso apresentado pela empresa Packeven Indústria e Comércio Ltda., concernente ao Auto de Infração de Multa Simples nº PRIDEAI/00138988, considerando equivocado na imputação da multa verificada pela fiscalização, determinando a anulação do auto de constatação e do auto de infração, bem como a realização de nova vistoria para avaliar se o dimensionamento do sistema de tratamento do esgoto adotado está dentro dos padrões e autorizar o procedimento no caso de eventual infração constatada, tendo em vista a redação do artigo 8º, inciso XII e artigo 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece como atribuição do CONDIP apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pela DIPOS.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA GERENTE

DE 06.08.2018

PROCESSO Nº E-07/513.327/2012 - De acordo com o Decreto nº 2479/79, procedendo à apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor CIRILDO PEREIRA DE MELO, ID nº 21456488, Cargo Técnico Ambiental, Sendo assim, autorizo a concessão da 03 (três) meses de benefício, tendo em vista o direito, relativo ao período base de 05/09/2013 a 04/09/2018.

Id: 2123674

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CORREGEDORIA

ATO DO CORREGEDOR

DE 06.08.2018

APLICA a sanção disciplinar de Repreensão, a servidora FLÁVIA DINIZ BERROGAIN, ID Funcional nº 5073292-7, nos termos do art. 254, inciso I, do Decreto nº 2479/1979, conforme consta dos autos da Sindicância Sumária nº E-07/002.8921/2015.

Id: 2123675

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO

APOSTILAS DO DIRETOR-GERAL

DE 06.08.2018

CONTRATO INEA Nº 34/2015, celebrado em 14/12/2015, publicado no D.O. de 02/01/2016 - Fica reajustado o valor mensal dos postos de serviço relativos ao contrato, firmado com RIO DE JANEIRO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME, a contar de 01 de março de 2018, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019, dos Sindicatos das Empresas de Assessoria e Conservação do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, alterando o valor mensal contratual de R\$ 101.148,33 (cento e um mil cento e quarenta e oito reais e trinta e três centavos) para R\$ 105.424,37 (cento e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos). Processo nº E-07/002.6773/2015.

CONTRATO INEA Nº 02/2017, celebrado em 21/03/2017, publicado no D.O. de 23/03/2017 - Fica reajustado o valor mensal anual por item de contrato, firmado com a COMERCIAL MILANO ERÁBIL LTDA, alterando para R\$ 25.587,97 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos) o total mensal estimado, a contar da 20/02/2018, com a aplicação do índice INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses referente a janeiro de 2018 no percentual de 1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento). Processo nº E-07/002.9545/2016.

Id: 2123672

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 14/06/2018

DESIGNA ADÃO JESUS DO COU TO BRITO, Agente de Saneamento, como Presidente, MARCO AURÉLIO DE BRITO CHAGAS, Agente de Saneamento, como Presidente, MARCOS LUIS BRAVO, Agente de Saneamento, como Presidente, MARCIO OLIMPIO, Agente de Saneamento, como Presidente, LUIZ ANDRÉ BASTOS DIAS, Agente de Saneamento, como Presidente, MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Agente de Saneamento, como Presidente, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Agente de Saneamento, como Presidente, como membros suplentes, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CDEAE, de que trata o Processo nº E-07/100.256/2017, Ordem de Serviço nº 15.161/2018.

Id: 2123623

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/07/2018

DESIGNA MARCELO DIBE RODRIGUES, Agente de Saneamento, como Presidente, MARCO AURÉLIO DE BRITO CHAGAS, Agente de Saneamento, como Presidente, SYLVIA ROSANNE VILLAR TRINDADE, Agente de Saneamento, como Presidente, JOSÉ ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico de Eletromecânica, como Presidente, GIOVANNI CARDOSO DE FREITAS, Agente de Saneamento, como Presidente, FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARJUDA, Agente de Saneamento, como Presidente, como membros titulares e EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS, Agente Administrativo, como membro suplente, Gerente do Contrato WILTON LEMOS DOS PASSOS, Técnico Eletromecânico, como Presidente, TEREZA CRISTINA REIS DA SILVA, Analista de Qualidade, como Presidente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DIVERGENTES DIÂMETROS PARA DI - CONTRATAÇÃO REGIDA PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018/247100-01 - PE Nº 003/2017, de que trata o Processo nº E-07/100.551/2018, Ordem de Serviço nº 15.200/2018.

Id: 2123797

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 06/08/2018

PROCESSO Nº E-07/100.1222/2017 - HOMOLOGO a licitação por Concorrência Nacional CN 005/2017 (ASU-DP-1), realizada em Sessão 10/05/2018, 2ª Sessão 05/06/2018, 3ª Sessão 15/06/2018 e 2ª Sessão 26/07/2018.

Id: 2123749

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO E DO DIRETOR-PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPPA/FIPERJ Nº 18

DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIPERJ.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA E O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIPERJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a

PGE/RJ.

OBJETO: Inclusão das alíneas "d" e "e" na Clausula Segunda, inciso I e a alteração da redação da alínea "d" da Clausula Segunda, inciso II do Convênio nº 04/2015.

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-14/3323/2004.

Id: 2123654

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL

ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 03/2018

A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ, instituída através da Portaria DETRO/PRES. nº 1182, de 28 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 30 de janeiro de 2015, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades meio e fim, torna público, a quem possa interessar, que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente a data de publicação deste Edital, se não houver oposição, será eliminada a documentação constante na Listagem de Eliminação de Documentos. Os documentos estão disponíveis para consulta no link: www.detro.rj.gov.br/processos-expurgados, devendo, para tanto, comparecer ao órgão para retirá-los no prazo supramencionado. Os interessados poderão solicitar a guarda dos documentos analógicos ou cópia impressa de documentos digitais, que, em conformidade com a Portaria DETRO/PRES. nº 111/13, será emitido um boleto para o pagamento da taxa de serviço.

Id: 2123650

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016. **PARTE:** CODETE e VENUS WORLD COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP. **OBJETO:** Prorrogação do prazo da vigência do contrato por 12 (doze) meses, com início em 18/07/2018 e com vigência a contar da publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, VALOR TOTAL R\$ 36.960,00 (trinta e seis mil novecentos e sessenta reais). **DATA DE ASSINATURA:** 18/07/2018. **FUNDAMENTO DO ATO:** art. 57, Inc. II, da Lei nº 6.668/93. **PROCESSO Nº E-10/004392/2018.**

Id: 2123977

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 102/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a ALVOTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEADAE. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 17.028,00 (dezoito mil e vinte e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 01/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.256/2017 (Pregão Eletrônico nº 327/2018).

Id: 2123624

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 103/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEADAE. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 7.693,50 (sete mil seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 01/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.256/2017 (Pregão Eletrônico nº 327/2018).

Id: 2123625

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 104/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a VINAMEX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EIRELI EPP. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODOS OS SETORES DA CEADAE. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 177.674,50 (cento e setenta e sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 01/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.256/2017 (Pregão Eletrônico nº 327/2018).

Id: 2123626

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 106/2018 (DF). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA A DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR, itens 01 a 05 da Ata de Registro de Preços. **PRAZO:** 05 (seis) meses. **VALOR:** R\$ 435.721,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil setecentos e vinte e um reais). **DATA DE ASSINATURA:** 02/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.551/2018 (Ata de Registro de Preços CEADAE nº 003/2018/247100-01 - Pregão Eletrônico nº 003/2017).

Id: 2123758

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018 - ASI-DP

OBJETO: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIXADA FLUMINENSE E COSTA VERDE".

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 15/08/2018 fica adiada "sine die".

Id: 2123765

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 354/2018 - ASI-DP

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO PARA UTILIZAÇÃO COMO LABORATÓRIO MÓVEL".

DATA DA ETAPA DE LANCES: 21/08/2018 Horário: 11:00 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 291.609,00

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Terceira/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3825 e 2332-3831 no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2123627

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONTRAPARTIDA POR USO DE IMAGEM. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA (donatária) CORRIDAS DE MONTANHA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA (doadora). **OBJETO:** Doações de bens e materiais conforme a Clausula Primeira. **DATA DA ASSINATURA:** 25/08/2017. **PROCESSO Nº E-07/002.6750/2017.**

Id: 2123673

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 24/2018 - Sexto Termo Aditivo ao Contrato INEA nº 22/2014. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por 100 (cem) dias, com término previsto para 04/12/2018, prazo para a execução dos serviços por igual período com término previsto para 23/10/2018, e alteração qualitativa, com acréscimo de item novo na proporção de 3,06%, que corresponde a R\$ 43.239,74 e redução na proporção de 4,45%, que corresponde a R\$ 22.884,54 do "PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DE ÁREAS URBANAS SITUADAS NAS MARGENS DO RIO PARAIBA DO SUL, TRECHO DE VOLTA REDONDA - RJ". **DATA DA ASSINATURA:** 30 de julho de 2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.606, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. **PROCESSO Nº E-07/002.16178-2013.**

Id: 2123583

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº COGEFISNO/701089282, emitida em 05/01/2018, fica V.Sa. notificada de que a impugnação apresentada foi analisada pela Diretoria de Pós-Licença do INEA, sendo DEFERIDA. **Processo nº E-07/508490/2010.**

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Panmar Industrial Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 40.438.432/0001-18. **ENDEREÇO:** Rua dos Rubis, nº 1435 - Rio de Janeiro - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº COGEFISNO/701089282, emitida em 05/01/2018, fica V.Sa. notificada de que a impugnação apresentada foi analisada pela Vice-Presidência do Instituto Estadual do Ambiente, sendo DEFERIDA. **Processo nº E-07/503620/2010.**

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Condomínio do Centro Empresarial Mano Henrique Simonsen. **CNPJ/CPF Nº:** 05.570.460/0001-66. **ENDEREÇO:** Avenida das Américas, 3.434 - Barra da Tijuca - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Auto de Infração nº COGEFISEAU/00150052 emitida com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 19.240,26 em 02/05/2013, com enquadramento no artigo 85, da mesma Lei. **Processo nº E-07/002.11206/2015.**

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Fractal Transporte e Logística Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 15.291.659/0001-85. **ENDEREÇO:** Rua Lopes de Moura, 27 - Rio de Janeiro - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº COGEFISNO/701092486, emitida em 02/05/2018, fica V.Sa. notificada de que a impugnação apresentada foi analisada pela Diretoria de Pós-Licença do INEA, sendo DEFERIDA.

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Jaf de Carvalho Apoio Agropecuário. **CNPJ/CPF Nº:** 11.726.237/0001-70. **ENDEREÇO:** Estrada de Ipitangas, s/n Site Estância das Rosas - Tangará - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº COGEFISNO/701094503, emitida em 29/05/2018, fica V.Sa. notificada de que o Auto de Infração nº 137664 foi CANCELADO em virtude da apresentação da Certidão Ambiental de Uso Insuficiente... **Processo nº E-07/505437/2011.**

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Condição Convênios Vários Hospitais Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 29.294.147/0002-92. **ENDEREÇO:** Rua Tenente José Eduardo, 307 - Barra Mansa - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº COGEFISEAU/00150225 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 151.750,55 em 24/05/2018, com enquadramento no artigo 63 e 87, da mesma Lei. **Processo nº E-**

07/002.13910/2016.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Vigilância Cidade do Açúcar Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 39.777.941/0001-71. **ENDEREÇO:** Todo Termino do Estado do Rio de Janeiro - Todos - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, nº 110 sala 413 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, tendo em vista a recusa no recebimento do auto de infração SUPGEAI/00150571 do. **PROCESSO Nº E-07/002.3917/2018.**

CONVOCA:
NOME OU RAZÃO SOCIAL: Vicente Viariano Mallinero. **CPF Nº:** 062.836.487-72. **ENDEREÇO:** Estrada dos Argentinos, s/nº - Manilha - Itaboraí - RJ.

Eslarecimentos poderão ser obtidos junto ao INEA/SUPBG na Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro - Niterói - RJ, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a Notificação nº SUPNANC/701094158 que trata da necessidade de requerer Autorização Ambiental para implantação de Projeto de Restauração Florestal - PRF nos termos da Resolução INEA Nº 143. **Processo nº E-07/002.13190/2013.**

CONVOCA:

NOME: Alexandre da Silva Ramos. **CNPJ/CPF Nº:** 042.808.637-00. **ENDEREÇO:** Estrada Serra da Cruz, Km 8, Recanto do Lago - Zona Rural, Município: Macaé - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 15 dias para tomar ciência da notificação, à Rua Ponta Del Este, nº 197 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2123676

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150340

NOME: Marcelo Henrique de Souza Corrêa. **CNPJ/CPF Nº:** 068.727.807-28. **ENDEREÇO:** Rua Presidente Nereu Ramos, 673, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 64 e 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 7.015,17. **PROCESSO Nº E-07/002.2662/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150303

NOME: IF Teixeira Colista de Resíduos Não Perigosos. **CNPJ/CPF Nº:** 11.097.403/0001-38. **ENDEREÇO:** Rua Alcaide, 5 Quadra 5, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 7.246,09. **PROCESSO Nº E-07/002.5571/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150358

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Vazadouro de Lixo - Acesso Estrada de Governador Raymundo Padilha. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 6.514,55. **PROCESSO Nº E-07/002.7222/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150595

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Rua Paulo de Fátima, nº 04, 3º andar - Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.085,33. **PROCESSO Nº E-07/002.7238/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150121

NOME: Apúlia Pisto de Gasimais Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 30.352.496/0001-23. **ENDEREÇO:** Rua Doutor Nilo Paesana 327, Município: São Gonçalo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.172,51. **PROCESSO Nº E-07/002.14015/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150408

NOME: Auto Posto do Trabalho S/A. **CNPJ/CPF Nº:** 03.139.910/0015-43. **ENDEREÇO:** Estrada do Pontal, 455, Município: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 23.073,85. **PROCESSO Nº E-07/002.13952/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150595

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Estrada Fazenda Mansão Celestial, s/n. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.285,69. **PROCESSO Nº E-07/002.13630/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150599

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Vazadouro de Lixo - Acesso Estrada de Governador Raymundo Padilha. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 93 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 48.458,41. **PROCESSO Nº E-07/002.7219/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150608

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Vazadouro de Lixo - Acesso Estrada de Governador Raymundo Padilha. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 91 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 35.396,22. **PROCESSO Nº E-07/002.7217/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150400

NOME: Katrium Industrias Químicas S.A. **CNPJ/CPF Nº:** 28.739.998/0002-55. **ENDEREÇO:** Estrada João Paulo, 530 parte. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 79.711,45. **PROCESSO Nº E-07/002.6932/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00144919

NOME: Marmoraria Guapi Ltda. **CNPJ/CPF Nº:** 29.877.545/0001-62. **ENDEREÇO:** Rua Mario Alves, 181. **MUNICÍPIO:** Guapimirim - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 86 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 14.712,30. **PROCESSO Nº E-07/606268/2012.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150392

NOME: Julio Cesar Pereira Valle. **CNPJ/CPF Nº:** 000.965.067-92. **ENDEREÇO:** RJ-149 - Fazenda Lorena. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 80 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.000,00. **PROCESSO Nº E-07/002.114/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150507

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí. **CNPJ/CPF Nº:** 28.576.080/0001-47. **ENDEREÇO:** Vazadouro de Lixo - Acesso Estrada de Governador Raymundo Padilha. **MUNICÍPIO:** Barra do Piraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 93 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 51.013,83. **PROCESSO Nº E-07/002.7225/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150393

NOME: Jose Augusto Maciel. **CNPJ/CPF Nº:** 445.537.607-49. **ENDEREÇO:** Localidade Áreas do Riacho Comprido. **MUNICÍPIO:** Cachoeira de Macacu - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.743,75. **PROCESSO Nº E-07/002.5527/2015.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00150388

NOME: Posto Principinha do Atlântico Ltda. **CNPJ/CPF Nº:**